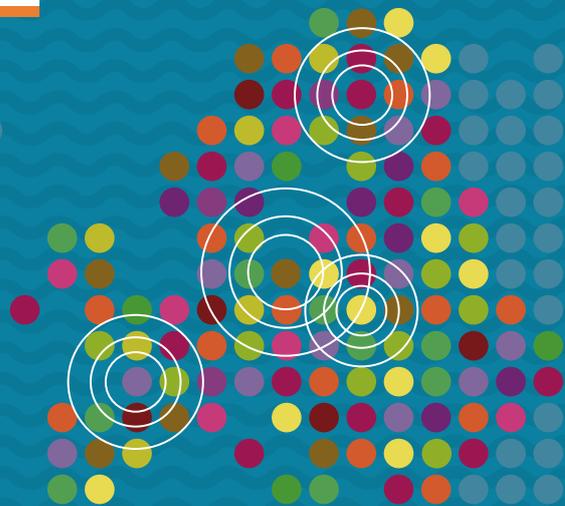
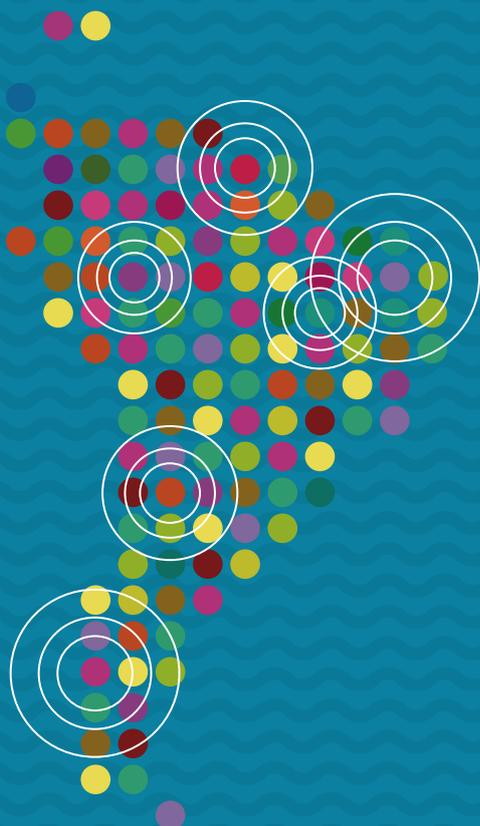




Comissão
Europeia



URBELAC

Rede de cidades da Europa,
América Latina e Caraíbas
para o desenvolvimento
urbano integrado
e sustentável
2010-2013

Europe Direct é um serviço que responde às suas perguntas sobre a União Europeia.

Linha telefónica gratuita (*):

00 800 6 7 8 9 10 11

(*) Alguns operadores de telefonia móvel não permitem o acesso aos números iniciados por 00 800 ou cobram estas chamadas.

Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional, Comunicação,
Informação e Relações com Países Terceiros
Mrs Ana-Paula Laissy
Avenue de Beaulieu 1 – 1160 Brussels – BELGIUM
Correo electrónico: regio-info@ec.europa.eu
Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.htm

Encontram-se disponíveis numerosas outras informações sobre a União Europeia na rede Internet, via servidor Europa (<http://europa.eu>).

Uma ficha catalográfica figura no fim desta publicação.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014

ISBN 978-92-79-37215-5

doi:10.2776/73205

© União Europeia, 2014

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

A opinião expressa na presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião da Comissão Europeia nem do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Fotografias (páginas):

Página 9: © União Europeia, 2014

Página 11: © União Europeia, 2014

Página 14: © Mario Roberto Durán Ortiz, Creative Commons

Página 15: © Diego Delso, Wikimedia Commons

Página 17: © Jean-Marc Digne Creative Commons Attribution Share Alike

Página 19: © Daniele, Creative Commons

Printed in Belgium

Comissão Europeia

**URBELAC – Rede de cidades da Europa, América Latina e Caraíbas
para o desenvolvimento urbano integrado e sustentável 2010-2013**

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia

2014 — 24 p. — 21 × 29,7 cm

ISBN 978-92-79-37215-5

doi:10.2776/73205

COMO OBTER PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

Publicações gratuitas:

- via EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>);
- nas representações ou delegações da União Europeia.
Pode obter os respectivos contactos em: <http://ec.europa.eu>
ou enviando um fax para: +352 2929-42758.

Publicações pagas:

- via EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>);

**Assinaturas pagas (por exemplo, as séries anuais do Jornal Oficial da União Europeia,
as colectâneas da jurisprudência do Tribunal de Justiça):**

- através de um dos agentes de vendas do Serviço das Publicações da União Europeia
(http://publications.europa.eu/others/agents/index_pt.htm).

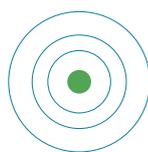
URBELAC

Rede de cidades da Europa,
América Latina e Caraíbas
para o desenvolvimento
urbano integrado
e sustentável
2010-2013

Glossário

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CE	Comissão Europeia
DG REGIO	Direcção-Geral da Política Regional e Urbana da CE
ICES	Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis
ALC	América Latina e Caraíbas
PIB	Produto Interno Bruto
APP	Parcerias Público-Privadas
URBELAC	Rede de Cidades da Europa, América Latina e Caraíbas

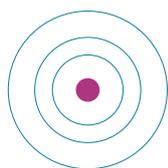




Índice

1. Contextualização	4
2. Enquadramento conceptual	6
3. Fases e tópicos	7
Fase 1. Lançamento	8
Fase 2. Identificação de melhores práticas e visão geral	9
Fase 3. Aprendizagem: aprofundamento das melhores práticas e visitas	10
Três eixos temáticos principais da segunda edição da URBELAC	10
Fase 4. Acção e aplicação	13
4. Resultados	14
5. Lições aprendidas	20
6. Recomendação para a terceira edição da URBELAC	21
<i>Anexos</i>	
Anexo 1. Síntese das cidades participantes	22
<i>Quadros</i>	
Quadro 1. Eixo 1. Modelo de gestão em áreas específicas	15
– La Laguna: Plano Especial de Protecção e Gabinete de Gestão do Centro Histórico	
– Edimburgo: Gestão de Locais Património da Humanidade	
Quadro 2. Eixo 2. Cidade compacta	16
– Málaga. Promoção integral de modelos urbanos sustentáveis: Plataforma CAT-MED	
– Pereira: Sistema Integrado de Transporte de Massas (Megabus)	
Quadro 3. Eixo 3. Turismo	18
– Cuenca: Turismo e ordenamento do território. Programa de Intervenção Urbana Barranco 2011	
– Veneza Plano de Gestão do Centro Histórico	
<i>Tabelas</i>	
Tabela 1. Fases da segunda edição da URBELAC	7
Tabela 2. Segunda edição da URBELAC	8
Pontos de interesse seleccionados pelos parceiros	
Tabela 3. Segunda edição da URBELAC	12
Melhores práticas propostas por cidade participante	
Tabela 4. Segunda edição da URBELAC	13
Projectos específicos identificados pelas cidades por eixo	

1. Contextualização



O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Europeia (CE) estão convencidos de que o fortalecimento das cidades é um factor-chave para o fomento do desenvolvimento sustentável a nível global, regional e local. Nessa medida, os seus programas de acção incluem o desenvolvimento de uma participação crescente das cidades nas políticas de desenvolvimento sustentável e coesão social e de uma cooperação mais dinâmica entre as mesmas por via da organização de redes.

Criada em Novembro de 2010, a rede URBELAC assenta no interesse comum de ambas as organizações em ajudar os governos nacionais, regionais e locais a enfrentar o desafio de harmonizar o desenvolvimento social, a produtividade urbana e a protecção ambiental no contexto de uma concentração populacional nas áreas urbanas, cada vez maior, e no papel central das cidades nos processos de desenvolvimento.

No âmbito da sua **Política de Coesão 2014-2020**, a Comissão Europeia tem como objectivo fomentar as estratégias integradas para melhorar e impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável com vista

a aumentar a capacidade de resistência das cidades num contexto de inter-relação dos desafios urbanos e assegurar as sinergias entre os investimentos apoiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Para alcançar este objectivo, a proposta da Comissão gira em torno dos seguintes eixos principais: i) estratégias de investimento integradas, com uma abordagem mais estratégica e holística, ii) uma abordagem mais eficaz do desenvolvimento urbano no contexto da programação europeia, iii) mais oportunidades para enfrentar os desafios urbanos financiados pelas prioridades de investimento, iv) ferramentas melhoradas para realizar acções integradas⁽¹⁾, v) possibilidade de utilização alargada de instrumentos financeiros⁽²⁾, vi) financiamento mínimo obrigatório destinado ao desenvolvimento urbano sustentável integrado, vii) maior responsabilidade por parte das autoridades urbanas, viii) acções urbanas inovadoras, ix) fortalecimento das redes de contacto⁽³⁾.

Uma das acções pioneiras levadas a cabo pela CE, por meio da DG REGIO, foi a iniciativa comunitária URBAN que contou com a participação de 200 cidades e que promove uma abordagem integrada das dimensões física, social, económica e ambiental para o desenvolvimento urbano⁽⁴⁾.

1. O Investimento Territorial Integrado (ITI) é uma ferramenta utilizada para aplicar estratégias territoriais de um modo integrado. A existência do ITI dará aos Estados-Membros a flexibilidade de que necessitam para conceber os Programas operacionais e facilitará uma execução eficaz das acções integradas graças a um financiamento simplificado. Os elementos chave para um ITI são: i) um território designado e uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado; ii) um pacote de acções para aplicação; iii) acordos de governação para gerir o ITI (http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.cfm).
O desenvolvimento local a cargo das comunidades locais (DLCL) é uma ferramenta destinada a promover a aplicação da base, a estratégias de desenvolvimento locais elaboradas e executadas por grupos de acção local com a participação de representantes de todos os sectores de interesse local. É uma extensão da abordagem LEADER nas zonas urbanas que promovem a propriedade comunitária e a governação a vários níveis. O DLCL promove actividades de desenvolvimento de capacidades baseadas nas necessidades, a criação de redes e permite estimular a inovação ao nível dos bairros para que as comunidades aproveitem ao máximo as suas potencialidades intrínsecas (http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.cfm).
2. A Comissão Europeia propõe expandir e reforçar ainda mais a utilização de instrumentos financeiros no próximo período de programação e torná-los uma alternativa mais eficaz e sustentável para complementar o financiamento tradicional baseado em subsídios (http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/publication/index_pt.cfm).
3. A Comissão estabelecerá uma Rede de Desenvolvimento Urbano que abarque as autoridades urbanas que apliquem estratégias de desenvolvimento urbano sustentável em conformidade com o artigo 7, parágrafo 1 do Regulamento do FEDER, bem como as que apliquem acções urbanas inovadoras. Esta rede actuará como um fórum para o desenvolvimento de capacidades e intercâmbio entre as cidades promotoras de novas técnicas e o desenvolvimento dos investimentos integrados. A Rede não é um instrumento de financiamento, mas sim uma maneira de as cidades partilharem informação sobre a utilização destas novas abordagens.
No âmbito do objectivo de Cooperação Territorial Europeia (CTE), o programa de intercâmbio e aprendizagem para as cidades continuará a proporcionar-lhes oportunidades de estabelecer contactos com o fim de partilhar e desenvolver boas práticas ao nível do desenvolvimento urbano (artigo 2 do Regulamento de CTE 2014-2020). Em particular, a cooperação entre as autoridades urbanas prosseguirá ao abrigo do programa URBACT III (http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/publication/index_pt.cfm).
4. A iniciativa URBAN fomenta estratégias inovadoras para a revitalização social e económica sustentável de municípios e cidades de pequena e média dimensão ou de bairros com dificuldades financeiras de cidades de maior dimensão. Também apoia o intercâmbio e a melhoria do conhecimento relacionados com a revitalização e o desenvolvimento urbano sustentável. Ver Estabelecimento de Directrizes para uma Iniciativa Comunitária relativa à revitalização económica e social das cidades e dos bairros em crise, a fim de promover um desenvolvimento urbano sustentável – URBAN II, directriz da Comissão para os Estados-Membros de 28/04/2000, em: http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/g24209_pt.htm

Por outro lado, o programa URBACT viabilizou o intercâmbio em rede de conhecimentos e boas práticas, e a iniciativa JESSICA financia, através de empréstimos, os projectos em cidades⁽⁵⁾. Trata-se de mecanismos que permitem à Comissão Europeia e às cidades partilhar os benefícios das suas experiências e divulgar em que medida as políticas regionais e de coesão contribuem para consolidar o processo de integração económico-política e promover o desenvolvimento sustentável.

O BID apoia a construção de cidades sustentáveis por meio de empréstimos e assistência técnica para reforçar as suas capacidades de planeamento e regulação urbana, investimento na reabilitação de zonas centrais e históricas, modernização das infra-estruturas e melhoria dos serviços urbanos. No âmbito de uma abordagem de integração, financia ainda projectos de expansão do transporte colectivo urbano, a promoção do desenvolvimento económico local, o fornecimento de habitação para famílias de baixos rendimentos e a criação de parques e espaços verdes.

Nos seus programas de desenvolvimento urbano, o Banco realça o aumento da capacidade dos governos locais para melhorar os seus sistemas fiscais, financeiros e de planeamento. Apoia de forma selectiva, através de empréstimos e subsídios, os projectos que contribuem para aumentar a capacidade de resposta dos países aos desafios da urbanização acelerada na região. O Banco proporciona estes apoios não só enquanto instituição

financeira, mas também enquanto gerador, difusor e articulador do conhecimento em termos de desenvolvimento socioeconómico e institucional⁽⁶⁾.

É neste âmbito que o BID promove a URBELAC e, desde 2011, a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES)⁽⁷⁾. Os dois programas complementam-se e têm como objectivo geral melhorar a qualidade de vida nas cidades da América Latina e Caraíbas.

A primeira edição da URBELAC assentou nos três pilares temáticos da ICES – i) sustentabilidade ambiental e alterações climáticas, ii) desenvolvimento urbano sustentável e iii) sustentabilidade fiscal e governativa. A pedido das cidades participantes, a segunda edição da URBELAC reformulou estes pilares em três eixos temáticos de modo a convergirem com os seus interesses e as suas problemáticas.

A rede coopera com os governos locais nos desafios do crescimento urbano. A URBELAC tem um duplo objectivo específico: a aplicação de novas abordagens e metodologias para as intervenções urbanas e, recorrendo ao intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento urbano integrado e sustentável entre a Europa e a ALC, ajudar os responsáveis políticos, profissionais e dirigentes metropolitanos das cidades a definir acções e abordagens técnicas, teóricas e práticas, que constituirão os resultados concretos do programa de cooperação adoptados pela cidade para melhorar a localização dos seus investimentos no desenvolvimento urbano sustentável.

5. A iniciativa JESSICA (Apoio Europeu Conjunto para o Investimento Sustentável em Áreas Urbanas) oferece apoio através de fundos reembolsáveis a projectos que façam parte de um plano integrado para o desenvolvimento urbano sustentável.

Ver: <http://www.eib.org/products/jessica/index.htm>

O programa URBACT coordena os intercâmbios entre numerosos e diversos parceiros, separados geograficamente, e ajuda-os a definir um plano de acção local eficiente e pertinente. Cada projecto aborda pontos específicos; por exemplo, o património urbano http://urbact.eu/fileadmin/Projects/HERO/projects_media/HerO_Strategy_Paper_web.pdf Estão em curso iniciativas sectoriais concretas, como a ELENA (Assistência Europeia à Energia Local), que apoia a elaboração, a implementação e o financiamento de programas de investimento. Ver em: http://www.eib.org/products/technical_assistance/elena/index.htm ou CIVITAS («City-Vitality-Sustainability» ou «Transporte melhor e mais limpo nas cidades»), cuja finalidade é ajudar as cidades a tomar medidas e políticas de transportes rumo a uma mobilidade urbana sustentável. Ver em: <http://www.civitas-initiative.org>

6. Para obter mais informações sobre os objectivos gerais e específicos do BID na área do desenvolvimento urbano, ver: <http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/desenvolvimento-urbano-e-moradia,6228.html>

7. Para obter mais informações sobre a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), ver: <http://publications.iadb.org/handle/11319/5159?locale-attribute=pt>



2. Enquadramento conceptual

A URBELAC tem como objectivo fomentar entre as duas regiões, UE e ALC, o desenvolvimento sustentável nas cidades mediante a criação de redes e o intercâmbio directo de experiências entre os diversos agentes públicos, com problemas parecidos, de práticas recomendadas e de lições aprendidas relacionadas com as políticas e as acções urbanas sustentáveis e integradas.

O que a distingue de outras redes, e reconhecendo que as «boas ideias» têm que ter um «bom promotor» para serem executadas, uma das suas características específicas, é o facto de se dirigir directamente a políticos e técnicos municipais. Centra-se no desenvolvimento de acções que se podem aplicar a curto prazo, aproveitando o interesse e compromisso dos políticos, uma vez que os presidentes de câmara costumam mudar a cada 3 ou 4 anos, em especial na ALC. Outras redes incluem vários agentes locais (sector académico, sociedade civil, associações empresariais, etc.), o que gera um debate aberto, muito útil a outro nível, mas que dificilmente permite desenvolver actividades a curto prazo ou num «prazo político».

Entre as vantagens mais relevantes do programa, incluem-se: i) a visão geral, a avaliação do rendimento e a identificação de estratégias e soluções concretas de práticas recomendadas executadas por outras cidades, ii) o fornecimento de ferramentas e conhecimentos úteis para a identificação de acções com abordagens integradas para o desenvolvimento e iii) o acesso a programas de cooperação internacional, como a ICES do BID. Para aceder a estas vantagens, as cidades participantes na rede são organizadas em beneficiárias e tutoras. As cidades beneficiárias são as que solicitam informações e práticas recomendadas para problemas concretos. As cidades tutoras são as que disponibilizam essas informações. Na segunda fase da URBELAC, houve um maior intercâmbio desta dinâmica entre as cidades de ambas as regiões.

Na sua primeira edição, a URBELAC dirigiu-se às cidades intermédias⁽⁸⁾, mas a experiência levou a considerar a necessidade de avaliar se seria útil mantê-la apenas para este tipo de cidades, tendo em conta, por exemplo, que participaram cidades de grande dimensão nos seus países e com uma influência importante no seu contexto metropolitano, como Cochabamba e Puerto España, na ALC, Florença, Madrid, Porto e Veneza, na UE.

Embora as duas edições tivessem a mesma estrutura organizativa, as abordagens de intervenção foram modificadas de acordo com as necessidades surgidas com a sua implementação. A primeira foi concebida como instrumento de intercâmbio unilateral de experiências da Europa para a ALC, ou seja, as cidades europeias eram sempre tutoras e as da ALC sempre beneficiárias. Na segunda edição da URBELAC, o intercâmbio foi integral, porque todas as cidades da América Latina e da Europa beneficiaram ao mesmo tempo das melhores práticas identificadas e analisadas, podendo ser tutoras ou beneficiárias indistintamente. As práticas da América Latina foram de grande interesse tanto para as cidades da região como para as europeias. Com base nesta necessidade, a segunda edição da URBELAC foi concebida como um intercâmbio recíproco, motivo pelo qual se escolheu um número igual de cidades por continente.

A metodologia de aplicação da URBELAC assenta em actividades com altos níveis de participação com recurso aos seguintes instrumentos de trabalho:

- **Mesas redondas.** Seminários com todos os participantes para debater as temáticas tratadas. É um momento de particular importância para o intercâmbio de ideias, políticas, estratégias de desenvolvimento e reforço da colaboração.
- **Grupos de trabalho.** Organizados por tópico, com base nos problemas e nas necessidades de cada cidade, para otimizar a experiência dos participantes. A nível local, cada cidade participante cria o seu grupo com pessoal municipal e eventualmente das outras organizações territoriais interessadas no programa.
- **Intercâmbios contínuos.** Fluxo permanente de informação centralizada e bilateral entre os participantes.
- **Visitas de campo.** Visitas organizadas por grupos temáticos às cidades com melhores práticas para observar os elementos chave do sucesso dessas práticas. Funcionam também como mecanismos adicionais de contacto, incluindo com empresas público-privadas locais que operam no sector.
- **Boletins e informações eletrónicas.** As cidades participantes mantêm contacto permanente partilhando um depósito de informações com a difusão de boletins onde se consolida a informação em cada uma das etapas da sua aplicação.

8. Cidade que, pelo número de habitantes, se pode considerar intermédia relativamente ao país a que pertence.

Fase 1. Lançamento

De Abril a Junho de 2012, continuando com a metodologia da primeira edição da URBELAC baseada num conjunto de critérios de selecção⁽⁹⁾, o BID seleccionou as cidades da América Latina que identificaram experiências do seu interesse em cidades europeias e expressaram algumas preferências. Por sua vez, a CE identificou outras cidades com práticas de sucesso nas mesmas áreas para proceder à selecção final das cidades europeias.

Em seguida, convocaram-se todas as cidades participantes para que definissem um grupo de trabalho interno, concretizassem os seus objectivos e expectativas, e apresentassem uma visão geral da sua participação tendo em conta os eixos da rede e as características das

cidades identificadas, com os pontos de interesse para debater na URBELAC. Toda a informação foi partilhada. A tabela 2 resume os pontos que as cidades participantes seleccionaram para esta fase.

As cidades centraram as suas atenções nos âmbitos da sustentabilidade ambiental, incluindo as alterações climáticas e a eficiência energética (pilar 1) e a sustentabilidade urbana (pilar 2), marcando uma diferença em relação às cidades participantes da primeira edição, onde foram tratadas temáticas relacionadas com os três pilares. As cidades preferiram tratar os tópicos relativos ao pilar da sustentabilidade fiscal/económica, de forma transversal, em relação a cada projecto.

TABELA 2.
Segunda
edição da
URBELAC
Pontos de
interesse
seleccionados
pelos parceiros
(Cidades europeias
em itálico)

Cidade	Tópicos
Cochabamba	Desenvolvimento urbano integrado.
Cuenca	Melhorar a qualidade ambiental das áreas urbana e periférica da cidade.
<i>Edimburgo</i>	O seu centro histórico está bem protegido, está em bom estado de conservação e, no geral, os edifícios estão devidamente ocupados por residentes, visitantes e população activa. No entanto, os espaços públicos e o tráfego entre outras áreas requerem atenção. O centro da cidade enfrenta a concorrência de outras áreas em termos de oferta comercial. A cidade ainda não mostra um equilíbrio satisfatório entre estes elementos.
<i>La Laguna</i>	Gestão de mercados municipais de rua. Recolha de resíduos sólidos domésticos. Tráfego automatizado em zonas pedonais, com acesso restrito a residentes.
Manizales	O modelo de ocupação requer uma projecção e melhoria nas condições de vida, em particular ao nível das formas e zonas de fixação, interacção e mobilidade (principalmente urbana) com um processo de integração com cidades vizinhas.
<i>Málaga</i>	Implementação de modelos urbanos sustentáveis como base da coesão social e territorial. Ponto de interesse na recuperação integral da cidade, acessibilidade aos serviços básicos, eficiência energética e introdução de novas tecnologias. Modelo urbano capaz de atenuar os efeitos das alterações climáticas.
Mar del Plata	Desenvolvimento urbano sustentável em destinos turísticos e zonas costeiras.
Pereira	Modelo de desenvolvimento que gera desemprego associado ao sector primário e industrial (negócios e serviços de baixa complexidade). Modelo de ocupação do território atrasado em comparação com o crescimento económico. Necessidade urgente de resolver exigências relacionadas com a preservação dos ecossistemas estratégicos. Coerência entre o crescimento económico, igualdade na distribuição dos rendimentos, mais e melhor emprego, redução da pobreza e um ambiente saudável.
<i>Veneza</i>	Desenvolvimento urbano sustentável para os destinos turísticos (centros históricos e zonas costeiras). Aumentar a participação de investidores e cidadãos nas decisões de planeamento urbano.

9. Entre outros, o interesse da cidade em participar, actividades desenvolvidas ou em processo de desenvolvimento, cidades medianas, actividades realizadas em torno dos eixos da URBELAC.

Fase 2. Identificação de melhores práticas e visão geral

Esta fase, que se realizou em duas etapas entre Julho e Outubro de 2012, teve como principais actividades: (i) o intercâmbio de informações e (ii) a identificação dos problemas das cidades integradas na rede, com vista à definição das melhores práticas de referência.

Durante a primeira etapa, foram analisados de forma pormenorizada os problemas específicos identificados, com o fim de identificar as correspondentes boas práticas recomendadas.

BOGOTÁ (23-25 DE OUTUBRO DE 2012) Primeira reunião URBELAC

A segunda etapa teve como ponto culminante o primeiro seminário, que se realizou em Bogotá de 23 a 25 de Outubro de 2012 e contou com a presença de dezoito representantes das cidades participantes, do BID e da Comissão Europeia.

O encontro, denominado *Lições da Experiência em Desenvolvimento Urbano Sustentável*, teve como objectivos esclarecer a metodologia de trabalho; permitir que as cidades se apresentassem, se conhecessem, identificassem as necessidades específicas e as melhores práticas para intercâmbio, objecto das actividades posteriores.

Paralelamente, os participantes da segunda edição da URBELAC assistiram à inauguração do encontro de cidades agrupadas em URB-AL e puderam ainda participar nos seus *seminários* ⁽¹⁰⁾. Cumpriram, assim, o objectivo da rede de trocar experiências como aspecto chave da coesão territorial e do desenvolvimento urbano sustentável, além de reforçar a coordenação e colaboração entre ambas as iniciativas.



O elevado número de solicitações de melhores práticas dá conta de uma grande cooperação entre cidades da ALC e da UE, que vai além das suas dimensões, localização geográfica e níveis de desenvolvimento. Constituiu uma demonstração palpável de como as necessidades de colaboração se entrecruzam e permitem reduzir os custos de estudo e implementação através da partilha das lições caso a caso no seio de um grupo aberto. Este tipo de sinergia é muito importante na medida em que permite aos responsáveis pelo planeamento e aos líderes dos municípios solicitantes uma tomada de decisões mais eficiente no que toca à definição e execução dos projectos.

Cada cidade manifestou as suas necessidades de informação, bem como as cidades correspondentes que lhes podem oferecer essas informações (parceiros estratégicos). A partir destas temáticas, as cidades definiram projectos específicos e concretos que desejavam aplicar a curto prazo, graças ao intercâmbio de experiências com as outras cidades participantes na segunda edição da URBELAC.

10. Entre os tópicos analisados pelo URB-AL, figuraram as dimensões institucional, cívica, social, territorial e de produtividade e emprego. URB-AL é um programa de cooperação regional da Comissão Europeia com a América Latina cujo objectivo é contribuir para aumentar o nível de coesão social e territorial nas colectividades regionais e locais. O objectivo específico do programa é consolidar ou promover processos e políticas públicas de coesão social que possam converter-se em modelos de referência capazes de gerar debates e indicar possíveis soluções para os governos regionais e locais da América Latina que desejem impulsionar dinâmicas de coesão social. Para obter as conclusões do diálogo do URB-AL em Bogotá, ver: http://www.urb-al3.eu/uploads/urbsocialdocumentos/agenda_bogota_final.pdf



Fase 3. Aprendizagem: aprofundamento das melhores práticas e visitas

De Novembro de 2012 a Junho de 2013, as cidades participantes trocaram experiências relacionadas com as melhores práticas debatidas durante a reunião realizada em Bogotá. Cada uma delas elaborou as informações sobre as temáticas aprofundadas nos *seminários* em Copenhaga (Dezembro de 2012) e em La Laguna (Junho de 2013).

COPENHAGUE (3-5 DE DEZEMBRO DE 2012) Segunda reunião URBELAC

Na reunião de Copenhaga, que decorreu de 3 a 5 de Dezembro de 2012, participaram todas as cidades, com excepção de Manizales. O encontro decorreu em paralelo com o Fórum Anual do URBACT, um programa financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional da Comissão Europeia que tem como objectivo favorecer a aprendizagem dos agentes urbanos relativamente aos tópicos do desenvolvimento urbano sustentável⁽¹¹⁾. Durante a cerimónia inaugural do fórum, o BID apresentou a URBELAC e as suas cidades participantes descrevendo os objectivos e as actividades realizados nas suas duas edições. Neste contexto, as cidades da rede também participaram nos seminários do URBACT.

Três eixos temáticos principais da segunda edição da URBELAC

O objectivo específico da reunião de Copenhaga foi dar início ao processo de aprendizagem das cidades participantes, possibilitado pela realização de mesas redondas temáticas entre elas relativamente às melhores práticas tratadas e com convidados especializados numa ou mais temáticas de interesse para as cidades⁽¹²⁾. As conclusões da reunião em Copenhaga centraram-se em três eixos temáticos principais, que orientaram o trabalho nos últimos meses da segunda edição:

- **Eixo 1. Modelos de gestão de áreas urbanas específicas.** As cidades participantes referem-se às seguintes áreas específicas: centros/sectores urbanos e bairros específicos (Mar del Plata); centros históricos (Cuenca, Edimburgo, La Laguna, Porto, Venezuela); áreas centradas

no turismo (Mar del Plata, Venezuela), centradas em monumentos (Cuenca) ou áreas com grande risco ambiental (Manizales).

- **Eixo 2. Cidade compacta.** Esta linha inclui um conjunto temático de interesse para todas as cidades, particularmente relacionado com o tráfego e o transporte, o planeamento urbano, o espaço público, a inter-relação entre todas as áreas da cidade, em especial entre o centro urbano e a periferia.
- **Eixo 3. Gestão do turismo como decisão política com repercussões sobre o modelo de cidade.** Esta linha crítica inclui temáticas como a gestão da pressão do turismo na cidade, a capitalização do valor da terra e do espaço público, os modelos de expansão do turismo na região, a gestão dos impactos do turismo na estrutura social e histórica (perda de autenticidade e identidade, etc.).

No contexto dos eixos temáticos principais, cada cidade identificou projectos específicos para aprofundar os seus interesses. Entre estes, destacam:

Eixo 1.

Modelo de gestão de áreas específicas

1. Impacto de um sistema de eléctricos no centro e mecanismos de gestão do projecto.
2. Modelos de gestão de áreas específicas (centros históricos e bairros consolidados).

Eixo 2.

Cidade compacta

1. Tendências dos Planos de Ordenamento do Território de áreas específicas (ou revisão dos planos territoriais existentes). Houve convergência entre os participantes sobre a necessidade de dispor de instrumentos urbanísticos eficientes para gerar uma cidade sustentável; assim, a preocupação com o planeamento também esteve relacionada com a temática debatida na segunda edição da URBELAC relativamente à *Cidade compacta e complexa como modelo de sustentabilidade com visão integral da cidade*: gestão e controlo da mobilidade, recolha selectiva de lixo, mecanismos de participação pública, iniciativas de gestão de riscos, etc.⁽¹³⁾

11. Veja-se, por exemplo, o Manual de Desenvolvimento de Planos de Acção Locais para os Programas Operacionais dos Fundos Estruturais da União Europeia para as Cidades e as Autoridades de Gestão Comprometidas com Projectos URBACT. http://urbact.eu/fileadmin/Projects/MILE/outputs_media/mile_handbook_Es.pdf

12. Participaram a Empresa Comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio», Iniciativa de Programação Conjunta «Europa Urbana» e a Agência Europeia do Ambiente (AEA).

13. Os projectos são apenas exemplos daqueles que foram identificados pelas diferentes cidades.



Eixo 3.

Gestão do Turismo

1. Regulamentação e gestão do turismo sustentável. Procura a definição de um modelo que não altere as dinâmicas tradicionais da cidade, ou seja, «primeiro habitável, só depois visitável». Isto implica uma gestão simultânea do turismo – como decisão política de âmbito municipal – com o estabelecimento de mecanismos e procedimentos de controlo em linha com os do planeamento e ordenamento do território, que equilibre as funções residenciais e de turismo.

2. Participação da população na gestão de riscos. Várias cidades mostraram-se interessadas em projectos e instrumentos específicos, entre eles a elaboração de uma Agenda 21 Local⁽¹⁴⁾.

O debate da primeira mesa redonda debruçou-se sobre a Agenda 21 Local; o modelo de cidade compacta; vinculação à comunidade modelos de gestão dos centros históricos e as parcerias público-privadas (PPP). A segunda mesa incidiu sobre o Desenvolvimento Turístico, abordou os impactos do turismo; a pressão do turismo nos centros históricos; os sistemas de monitorização do turismo; a preservação da utilização residencial nos centros históricos; as parcerias para o desenvolvimento da actividade turística e as alterações climáticas e eficiência energética. A terceira sessão foi dedicada aos espaços públicos e às infra-estruturas, onde se aprofundaram as áreas de transporte, espaço público, áreas pedonais, valorização e reabilitação dos centros históricos.

Um exame do plano de visitas de campo às cidades europeias permite comprovar como o trabalho das fases anteriores tem uma correlação que possibilita aos representantes das cidades aprofundar *in situ* com as suas homólogas a qualidade das experiências requeridas.

LA LAGUNA (4-5 DE JUNHO DE 2013) Terceira reunião URBELAC

O segundo marco desta fase foi a reunião realizada em La Laguna e as visitas de campo às cidades europeias, cuja primeira ronda – para os representantes da ALC – se realizou entre 27 de Maio e 3 de Junho de 2013.

O encontro de La Laguna realizado a 4 e 5 de Junho de 2013 foi organizado sob a modalidade de mesas redondas temáticas, tendo cada uma começado com um debate aberto para esclarecer dúvidas sobre as melhores práticas visitadas.

A tabela 3 reúne as melhores práticas identificadas por cada cidade nos três eixos temáticos. A partir daqui, foram identificados os projectos específicos para o intercâmbio de experiências entre todos os participantes na segunda edição da URBELAC e os quais se encontram resumidos na tabela 4.

14. A Agenda 21 Local tem as suas origens no Programa 21 da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovado na Conferência do Rio de Janeiro em 1992. O seu processo refere-se a um esforço de um município para implementar um acordo dos distintos sectores de cada comunidade local para a realização – a longo prazo – de um plano de acção para a sustentabilidade através de objectivos, metas, instrumentos, acções, avaliação, critérios e métodos.



TABELA 3. Segunda edição da URBELAC

Melhores práticas propostas por cidade participante

(Cidades europeias em itálico)

Cidades	Eixo 1. Modelos de gestão de áreas urbanas específicas	Eixo 2. Cidade compacta	Eixo 3. Gestão do turismo
Cochabamba		Intervenção integral em processos de desenvolvimento urbano (<i>preservação do património e desenvolvimento de serviços como policiamento, mercados, espaços verdes, escolas</i>).	
Cuenca	Gestão integrada de bacias para a protecção de fontes de água (Gestão de fontes hídricas).	Alterações climáticas e adaptação no planeamento de modelos urbanos. Plano Director de Trânsito e Transporte.	Programa de Intervenção Urbana Barranco 2011 (Turismo e Ordenamento do Território: <i>controlo do crescimento e intervenções para revalorizar a área central ou criar centros com melhor qualidade de vida</i>).
Edimburgo	Gestão de Locais Património da Humanidade.	Eficiência energética e zonas verdes no contexto urbano. Construção de um sistema de eléctricos ao longo da cidade.	Envolvimento, compromisso e inclusão com as comunidades locais.
La Laguna	Plano Especial de Protecção Gabinete de Gestão do Centro Histórico.	Construção de um sistema de eléctricos ao longo da cidade. Plano Director para o programa de obras de pedonização e espaços públicos.	
Málaga	Viva a rua: acções de recuperação integral do centro histórico de Málaga.	Promoção integral de modelos urbanos sustentáveis: Plataforma CAT-MED. Agenda 21 Local: Sistema de indicadores.	
Manizales	Governo na rua: modelo de governo próximo das pessoas.	Sustentabilidade fiscal e governativa (gestão pública moderna e participativa). Sustentabilidade urbana (mobilidade sustentável, transportes públicos). Sustentabilidade ambiental e alterações climáticas (ordenamento do território e usos do solo). Governação e segurança. Sustentabilidade social e económica (parque tecnológico, utilização de meios digitais, etc.).	
Mar del Plata	Modelo de Gestão com Participação Cívica.	Gestão integral de resíduos sólidos.	
Pereira		Sistema Integrado de Transporte de Massas	
Porto	Participação da população no processo de reabilitação do centro histórico. Plano de gestão do centro histórico do Porto e sistema de monitorização (Património da Humanidade). Porto Vivo (Empresa de Reabilitação Urbana).	Construção de um sistema de eléctricos ao longo da cidade.	Reabilitação, Sustentabilidade e Desenvolvimento Económico.
Veneza	Plano de Gestão do local Unesco de Veneza: metodologia participativa.	Plano Regulador Geral do Centro Histórico.	Desenvolvimento urbano e gestão do turismo de massas: <i>Desenvolvimento de um sistema de mobilidade para um público massivo sob impacto ambiental</i> .

Fase 4. Acção e implementação

Esta fase faz referência à selecção, por parte de cada uma das cidades participantes, de projectos específicos identificados durante o intercâmbio de experiências e que podem ser aplicados a curto prazo com acções específicas por cada cidade.

O conjunto de melhores práticas por cidades permitiu tirar lições sobre o modo de fomentar soluções concretas para os seus problemas a curto prazo, além de estimular a criação de redes de intercâmbio que vão além da URBELAC.

As cidades participantes identificaram sete projectos específicos e organizaram um grupo permanente para cada um deles com o fim de continuarem a trabalhar juntos, partilhando experiências após a segunda edição da URBELAC. Do mesmo modo, as cidades da ALC tiveram a possibilidade de continuar a trabalhar na procura de soluções e aprofundá-las com a sua participação na ICES/BID. Os projectos específicos seleccionados para implementar em conjunto, no futuro próximo, são resumidos na tabela 4.

Eixo 1. Modelo de gestão de áreas específicas

TABELA 4.
Segunda edição da URBELAC
Projectos específicos identificados pelas cidades por eixo

(Cidades europeias em itálico)

Projecto	Cidade líder com melhor prática	Cidades interessadas
Mobilidade sustentável, especialmente em relação ao desenvolvimento de um sistema de ciclovias, eléctricos, etc.	Mar del Plata	<i>Edimburgo</i> , Cuenca, <i>La Laguna</i>
Gestão do centro histórico, incluindo o desenvolvimento de um balcão único	<i>La Laguna</i>	<i>Edimburgo</i> , Cuenca, Mar del Plata, <i>Veneza</i>

Eixo 2. Cidade compacta

Projecto	Cidade líder com melhor prática	Cidades interessadas
Participação cívica na gestão do centro histórico	<i>Edimburgo</i>	Cuenca, <i>La Laguna</i> , Pereira, <i>Porto</i> , <i>Veneza</i>
Agenda 21 Local	<i>Málaga</i>	Cochabamba, Cuenca, Pereira
Alterações climáticas: planos de atenuação	<i>Edimburgo</i>	Todas as cidades
Gestão do risco	Pereira	Cuenca, <i>Edimburgo</i> , <i>Málaga</i> , Manizales, Mar del Plata, <i>Porto</i> , <i>Veneza</i>

Eixo 3. Turismo

Projecto	Cidade líder com melhor prática	Cidades interessadas
Definição de um modelo de medição do impacto negativo/positivo do turismo no tecido social e económico dos centros históricos	<i>La Laguna</i>	<i>Veneza</i> , Mar del Plata, <i>Edimburgo</i> , <i>Porto</i> , <i>Málaga</i> , Cuenca

4. Resultados



A URBELAC é um valioso instrumento colocado à disposição das cidades para identificar ideias e soluções para problemas concretos. Em particular, o intercâmbio de experiências e a transmissão de conhecimentos incentivaram e melhoraram o processo de aplicação de acções específicas em todas as áreas.

A primeira e a segunda edições da URBELAC tiveram um forte impacto em termos de resultados alcançados. Durante a aplicação das actividades da rede, as cidades participantes organizaram grupos de trabalho específicos composto por agentes chave das diferentes instituições de cada município.

Como a primeira edição teve como beneficiários principais as cidades da América Latina e Caraíbas, os impactos registados, em termos de acções concretas, referem-se essencialmente a estas. Na segunda edição, quase todas as cidades iniciaram um plano específico por meio da ICES que esteve na base do planeamento e da definição de prioridades de acções concretas. Na segunda edição da URBELAC, esta dinâmica resultou na realização de acções concretas em cidades da primeira edição, entre as quais se destacam:

- **Santa Ana.** Trabalha num projecto de reabilitação do centro histórico. O BID prevê financiar as intervenções e está a prestar assistência técnica, para a qual foram contratados os especialistas que gerem o Centro Histórico de La Laguna.
- **Puerto España.** Implementa um programa com investimentos em vários sectores da cidade, o BID oferece financiamento e assistência técnica, que conta com a participação de especialistas europeus.
- **Goiânia.** Modificou o seu modelo de mobilidade com base nas recomendações da URBELAC. O sucesso da experiência é tal que o presidente da câmara resolveu integrar as recomendações implementadas na sua campanha eleitoral com vista à sua reeleição.
- **Trujillo.** Implementou um novo sistema de recolha e reciclagem de lixo acompanhado por programas de educação e sensibilização elaborados na URBELAC, tendo por base a experiência da cidade sueca de Malmö.

Os principais resultados gerais da segunda edição da URBELAC são:

- **Definição de acordos bilaterais.** Algumas cidades acordaram trocar bilateralmente informações e experiências sobre uma temática específica. Um exemplo



disso é o acordo de colaboração entre Málaga e Pereira para a transmissão da experiência espanhola relacionada com a definição e aplicação da Agenda 21 Local.

- **Planeamento a longo prazo.** Cada cidade da ALC identificou e detalhou, com o apoio de homólogas europeias, um ou mais projectos de interesse prioritário. Estes poderiam ser aplicados pelas mesmas cidades, que poderiam continuar a contar com o apoio financeiro e/ou técnico do BID através de alguns dos seus vários instrumentos.
- **Identificação de novas oportunidades.** Algumas cidades aproveitaram a participação das instituições convidadas para as reuniões – Agência Europeia do Ambiente e Empresa Comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio» (EC-PCH) – para identificar novas oportunidades de colaboração e financiamento. Um exemplo disso é a cooperação entre a EC-PCH e Veneza para a aplicação de novas tecnologias no transporte público marítimo da cidade.

Pode-se destacar, por eixo, alguns resultados específicos, a partir de um conjunto de melhores práticas seleccionado pelas cidades. Nos quadros seguintes são referidos os casos de La Laguna e Edimburgo no eixo 1; Pereira e Málaga no eixo 2; e Cuenca e Veneza no eixo 3.

QUADRO 1.

Eixo 1. Modelo de gestão em áreas específicas

LA LAGUNA Plano Especial de Protecção e Gabinete de Gestão do Centro Histórico

O Conjunto Histórico de São Cristóvão de La Laguna, declarado Património da Humanidade em 1999, tem aprovado – desde Julho de 2005 – um Plano Especial de Protecção (PEP) acordado por todas as forças políticas do município. Foi administrado, desde o primeiro momento, como um Plano Estratégico de Gestão, que entende a protecção como o resultado de processos de revitalização («protege-se o que está vivo e está vivo aquilo que a comunidade usa»). O PEP está focalizado para que «aconteçam coisas» no conjunto histórico e, sobretudo, para devolver aos cidadãos um espaço ao qual haviam renunciado há anos.

As suas quatro linhas de acção estratégicas estabelecem que o conjunto histórico tem que ser um *lugar habitado* permanentemente por famílias; *habitável*, com um altíssimo nível de qualidade ambiental; *acessível*, que receba e não rejeite nenhum cidadão, e *com oportunidades económicas*, para gerar negócios e emprego.

O PEP é administrado pelo Gabinete de Gestão do Centro Histórico (GGCH), um balcão único onde os cidadãos resolvem todas as questões relacionadas com o Conjunto Histórico. O volume de dossiês elaborados e o investimento realizado, tanto público como privado – que duplica o investimento público – dão conta da sua aceitação alargada por parte dos cidadãos, bem como da sua capacidade de gestão do processo de revitalização do conjunto histórico.

Impactos da URBELAC

A URBELAC permitiu à cidade de La Laguna compreender as suas carências ao nível da gestão do turismo e de toda a actividade terciária que gera (à semelhança de Málaga e Veneza), e a fragilidade da sua actual estrutura de participação dos moradores, sobretudo em comparação com o funcionamento das associações de moradores de Edimburgo, e a necessidade de ter associações representativas, estruturadas e coordenadas.

EDIMBURGO Gestão de Locais Património da Humanidade

Desde a década de 70, sob a responsabilidade do Comité de Conservação da Cidade Nova de Edimburgo, um esforço concertado permitiu a sua preservação e restauro que, na década seguinte, se deslocou para a zona medieval da cidade.

Nos dois casos, o trabalho teve como objectivo criar condições propícias para o investimento, apoiando as organizações e os residentes na recuperação dos edifícios com financiamento directo.

Estas organizações deram origem, em 1999, ao projecto Edimburgo Património da Humanidade (EPH). A declaração por parte da UNESCO como Local Património da Humanidade em 1995 foi o reconhecimento dos resultados alcançados, com mais de 1 200 projectos executados até 2013, e que culminaram com a transformação do centro da cidade num espaço de utilização mista de sucesso.

Edimburgo é uma cidade consciente da importância da sua cidadania. Apesar de governada por consenso público, EPH procura de forma activa a participação dos seus cidadãos mediante consultas públicas permanentes: o seu trabalho é desenvolvido em conjunto com a comunidade.

O Plano de Gestão do Local Património da Humanidade é um exemplo desta atitude, que inclui acções de consciencialização e de melhores práticas. EPH utiliza o património como uma ferramenta para alcançar um conjunto de objectivos que incluem a educação e a inclusão social, promovendo o conceito da Convenção sobre o Património Mundial como um conjunto de valores partilhados.

Impactos da URBELAC

A URBELAC ofereceu a Edimburgo a oportunidade de aprender de forma estratégica com as experiências de Veneza, La Laguna e, em particular, de Málaga.

Veneza mostra o impacto que se pode gerar numa cidade ao designá-la como prioridade nacional com o intuito alcançar uma protecção a longo prazo. É extraordinário que no Reino Unido o governo nacional declare uma cidade como prioridade nacional e lhe dedique recursos financeiros específicos.



La Laguna convenceu Edimburgo, através do funcionamento do seu modelo de gestão, do facto de um pequeno gabinete sem, no entanto, restrições de autoridade, ser o modelo apropriado para um centro de cidade onde há muitos interesses em conflito, como no caso de Edimburgo.

O exemplo de Málaga foi determinante para se perceber como um gabinete municipal de pequenas dimensões e bem gerido pode atrair investimentos importantes da CE e transformar um espaço deteriorado do centro histórico num espaço devidamente planeado e restaurado. Em particular, os resultados da Plataforma para Modelos Urbanos Sustentáveis (CAT-MED) para Málaga reforçaram

a importância de ter um sistema de planeamento eficiente em Edimburgo, e contribuíram para que o governo municipal se tornasse mais activo na procura de fundos comunitários de forma integrada num sistema próprio de planeamento local.

Muitos destes resultados são fundamentais para melhorar a forma como Edimburgo irá abordar a sua gestão no futuro. É também uma importante ferramenta para dar maior visibilidade às cidades da ALC na Europa e conhecer o seu trabalho, abrindo possibilidades de colaboração, alianças e intercâmbio entre profissionais de gestão urbana e inovação.

QUADRO 2. Eixo 2. Cidade compacta



MÁLAGA Promoção integral de modelos urbanos sustentáveis: Plataforma CAT-MED

A Plataforma para Modelos Urbanos Sustentáveis (CAT-MED) reúne cidades e regiões numa escala a vários níveis (altos representantes políticos, técnicos e agentes chave) com o objectivo de desenvolver modelos urbanos sustentáveis, baseados na cidade clássica mediterrânea compacta e complexa, onde a escala pedonal marca a proximidade com os serviços públicos.

A sua metodologia baseia-se no desenvolvimento de um modelo urbano que aborda o desenvolvimento de uma experiência piloto edificante – La Manzana Verde –, símbolo de coesão territorial, social e tecnológica, fomentando a participação e o debate entre cidadãos com a constituição de uma plataforma de cidades. Desenvolve um sistema de indicadores comuns, que permite fazer uma monitorização das cidades na aplicação do modelo, apoiado pelos grupos metropolitanos, e que congrega os agentes chave na tomada de decisões para a sua operacionalidade. Os acordos de grupo são registados na Carta de Málaga.

Um modelo urbano. A proposta gira em torno de três conceitos: a compacidade, a complexidade e a proximidade dos serviços básicos. A aposta neste modelo contribui para uma diminuição das distâncias médias percorridas para desenvolver uma actividade e uma melhor mobilidade e acessibilidade urbana, o que supõe um menor consumo e uma maior eficiência energéticas, menores níveis de contaminação atmosférica e maior disponibilidade de tempo para actividades pessoais ou sociais. Melhora a coesão social e a redução do impacto ambiental nos contextos urbanos.

La Manzana Verde. Protótipo de como se pode intervir tanto no desenvolvimento de uma zona ou bairro sustentável como na sua concretização sob a forma de construção de um edifício. Para além da natureza intrínseca da sustentabilidade de uma área, é necessário pensar na sua inclusão no contexto, entendendo estes modelos como parte do conjunto urbano. Uma questão fundamental é o seu sentido de projecto-piloto, inovador do ponto de vista da sustentabilidade, em relação ao modelo urbano definido pelo CAT-MED, resultando numa maior qualidade de vida para o conjunto da população onde se localiza.

Sistema comum de indicadores. Desenvolvido de forma semelhante pelas cidades fundadoras, permite compreender a evolução no tempo dos sistemas urbanos. A sua estrutura gira em torno de quatro eixos: i) o território e a configuração da cidade; ii) a mobilidade e o transporte; iii) a gestão dos recursos naturais; e iv) a coesão social e económica. Estabelece «classes desejáveis» em linha com a estratégia comum. O cálculo dos indicadores baseia-se num kit de software gvSIG, que é uma ferramenta que reúne a metodologia, a visão, a edição e o cálculo automático de cada indicador.

Grupos Metropolitanos. Os agentes chave que os compõem têm como missão debater as acções que serão aplicadas para concretizar a filosofia do projecto. Assim, de uma perspectiva operacional, a sua função consiste em determinar as acções que permitirão conseguir que, de modo transversal, as categorias desejáveis acordadas pelos parceiros se materializem em Las Manzanas Verdes.



Carta de Málaga. Documento de compromisso mediante o qual os representantes políticos ratificam que os novos projectos urbanos podem constituir vectores de transformação de toda a cidade. Respeitando a abordagem do CAT-MED, confirmam que procuram ir mais longe neste processo exploratório das potencialidades de transformação dos complexos tecidos urbanos existentes. Com as suas assinaturas, os presidentes de câmara reiteram a importância que conferem à cooperação internacional e a sua adesão a esta rede de cidades. Com o apoio dado a esta metodologia, confirmam ainda que o salto qualitativo realizado pelos projectos de cooperação é capaz de apoiar as dinâmicas locais e trazer uma mais-valia às políticas urbanas das cidades parceiras.

Impactos da URBELAC

O modelo de cidade desenvolvido em La Laguna inspirou a proposta realizada para a cidade marroquina de Tetuão, no âmbito de um projecto do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha, Fronteiras Externas (POCTEFEX). Basicamente, fez-se uma aplicação prática do modelo urbano de Málaga, onde a complexidade de utilizações e serviços *é tratada* na perfeição.



PEREIRA Sistema Integrado de Transporte de Massas (Megabus)

O Sistema Integrado de Transporte de Massas de Pereira é do tipo BRT, que consiste na utilização de faixas exclusivas para autocarros articulados de grande capacidade, que se entrecruzam – em

estações intermodais – com autocarros pequenos chamados alimentadores de intercâmbio.

A construção do sistema foi iniciada em 2003 com a criação da empresa Megabus S.A. Em Outubro de 2006, foi colocada em funcionamento a sua primeira linha, complementada no mês seguinte. Este sistema, que foi o primeiro a ser implementado em cidades intermédias na Colômbia, liga três municípios com aproximadamente 700 000 habitantes. Constitui 47% do total de transportes públicos a transitar em Pereira e Dosquebradas

Impactos da URBELAC

No âmbito da sustentabilidade ambiental, com base nas experiências em mobilidade alternativa das outras cidades participantes na URBELAC, Pereira decidiu desenvolver um sistema de ciclovias integrado no Plano de Ordenamento do Território e coordenadas com o sistema integrado de transporte e restantes projectos definidos no Plano de Mobilidade.

Do mesmo modo, a partir do intercâmbio de experiências, o município de Pereira desenvolveu outras acções que permitirão conceber uma cidade sustentável:

- A partir das experiências de medição da compacidade urbana (e, conseqüentemente, a evacuação dos benefícios) que a definição de modelos de ocupação urbana reportou para outras cidades e que leve à densificação de zonas dotadas de infra-estrutura para o interior do perímetro e ao travão da expansão indiscriminada, o novo Plano de Ordenamento do Território de Pereira definiu estratégias de acção e gestão dos solos urbanos e de expansão definidos desde o ano 2000 e 2006, com o fim de orientar o crescimento da cidade para as áreas com maior aptidão urbanística e obter com isso, um maior rendimento do solo para evitar novas frentes de expansão com impacto no território rural do município.
- O município tomou como base a experiência de recuperação de Centros Históricos para a contratação de um Plano de Recuperação e Revitalização do Centro Tradicional (PRRCT), que permita contar com uma linha de acção clara nos projectos a colocar em marcha para recuperar a habitabilidade da zona central e travar, assim, a fuga das actividades económicas e da população para a periferia.
- No âmbito do PRRCT, a Secretaria do Planeamento apoia e promove os planos especiais de protecção dos bens imóveis declarados património arquitectónico local e nacional, tendo como base as experiências trocadas nas mesas de debate relativas a um desenvolvimento urbano em harmonia com o património dos centros históricos.
- Em matéria de gestão do risco, o município avança com o levantamento de habitações para realocação e atenuação. Paralelamente, estruturou um projecto para o estudo da capacidade de resistência do casco urbano perante uma situação de catástrofe e procura financiamento para a sua execução.



QUADRO 3. Eixo 3. Turismo



CUENCA Turismo e ordenamento do território. Programa de Intervenção Urbana Barranco 2011

A consolidação de Cuenca como eixo do desenvolvimento turístico no sul do Equador é determinante para o desenvolvimento da cidade e para a expansão económica da mesma. Por isso, o município implementou diferentes projectos para revitalizar o centro histórico como oferta turística competitiva.

Um dos que mais se destaca é o Programa de Intervenção Urbana Barranco 2011. A área de intervenção, conhecida como Barranco del Tomebamba, abarca 127,33 hectares do Centro Histórico de Cuenca. A proposta procura enriquecer o valor intrínseco da zona por meio da potencialização da sua habitabilidade, com uma leitura multiprogramática do solo, que permite às pessoas intervir no espaço respeitando a sua herança, os seus costumes e anseios.

Para o plano é imperativo considerar as virtudes de Barranco del Tomebamba mediante um processo de planeamento do território que valorize o carácter especial da área, conjugando a habitação integral com o desenvolvimento, assente nas suas características patrimoniais e físicas de excepção, tomando o habitante como parte activa do contexto. Para tal, o território intervencionado foi considerado em três dimensões:

- Como habitat urbano por excelência e a habitação como função essencial do espaço;
- Como sector de gestão, produção, difusão e consumo de bens culturais: a tradição e mostras culturais contemporâneas que convivem no espaço público;
- Como reduto urbano para a experiência sensorial.

Foram desenvolvidos projectos para revitalizar o centro histórico a partir da reabilitação do espaço público (praças, vias e calçadas), como a recuperação e o restauro do Mercado 9 de Octubre ou a recuperação do Mercado de Artesanías. Também foram construídas pontes pedonais que possibilitam uma melhor acessibilidade, do centro e para o centro, complementadas com uma rede de ciclovias urbanas. Com outras intervenções como a renovação do Parque de la Madre, o novo Planetário e outros projectos na zona do Barranco, a cidade foi premiada vencedora do prêmio Jean-Paul L'Allier pela Organização das Cidades Património Mundial (OCPM).

Um dos projectos em execução é a construção do eléctrico, em articulação com o sistema integrado de transporte, que diminuirá o tráfego no centro da cidade e as emissões poluentes. A sua execução está a ser seguida de perto por outras cidades da América Latina.

Impactos da URBELAC

A rede permitiu trocar experiências, em particular com La Laguna – a partir do seu Plano Especial de Gestão do Centro Histórico – com a qual se partilham objectivos comuns de manter a habitação no centro histórico. Com um modelo semelhante, a experiência de La Laguna com o balcão único foi implementada com bons resultados em Cuenca.

É importante a construção de uma rede de contactos que permita a relação directa entre técnicos, em especial entre aqueles que de forma permanente assessoraram na gestão e implementação do balcão único e na gestão do centro histórico.

A visita às áreas revitalizadas do centro histórico de outras cidades também constituiu uma experiência enriquecedora, uma vez que os critérios utilizados no restauro podem ser diferentes, mas também podem reproduzir-se em cidades com condições semelhantes na sua morfologia urbana.

Veneza é outra experiência muito importante para a temática do turismo no centro histórico, pela abordagem que fez do impacto do turismo e suas consequências, pelo modelo de gestão aplicado para evitar a afluência massiva de turismo, que combina a gestão de locais históricos declarados Património da Humanidade pela UNESCO, pelas suas orientações na criação do plano e pela manutenção de habitação na área.

VENEZA Plano de Gestão do Centro Histórico

O Plano de Gestão de Veneza e da sua lagoa foi um processo longo e complexo de consulta entre as instâncias de planeamento urbano e a comunidade, para convergir no desenvolvimento de formas mais dinâmicas e eficazes de coordenação entre as instituições responsáveis pelo Local Patrimonial (LP).

Os principais problemas e as prioridades foram identificados no Outono de 2010 durante a etapa preparatória da fase de consulta da primeira edição da URBELAC. O objectivo principal – a conservação de valores do local patrimonial, de forma a destacar as suas características históricas – só foi possível mediante essa ampla participação dos representantes da sociedade civil.

Metodologia, processo de consulta e grupos de trabalho. Um Memorando de Entendimento (ME) assinado em 2007 entre a UNESCO e a sociedade civil identificou o Município de Veneza como responsável pelo desenvolvimento do Plano. Em 2010, com o apoio da representação local da UNESCO, o município encetou uma série de consultas temáticas com os signatários do memorando para identificar os pontos críticos e as oportunidades do LP e avaliar as expectativas de cada um dos concorrentes. Estes debates, desenvolvidos com as instituições e os principais agentes, constituíram a base para encontrar uma visão partilhada para a gestão do Local.

Os oito grupos temáticos consultivos utilizaram a metodologia do European Awareness Scenario Workshop (EASW) e da Conferência de Consenso⁽¹⁵⁾. Num contexto de decisão estratégica, o processo possibilitou o intercâmbio de conhecimentos com a criação de cenários e visões partilhadas, antes da elaboração do Plano, o que permitiu também a avaliação e selecção de alternativas para solucionar os problemas.

A temática de cada grupo foi definida no início do exercício e cada um deles concentrou-se em alcançar um acordo com propostas e recomendações. Os grupos temáticos abrangeram os seguintes âmbitos: marketing regional; alterações climáticas; comunicação com os cidadãos e turistas; participação estratégica intersectorial e participação cívica; intercâmbio de conhecimentos e de dados sobre o LP. Este trabalho gerou oito relatórios temáticos, nos quais participaram 250 instituições públicas e os principais representantes da sociedade civil. O processo durou três meses e foram formuladas 1.36 propostas, que constituíram a base para o desenvolvimento do Plano.

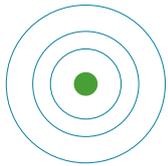


Impactos da URBELAC

A URBELAC foi decisiva para confirmar a importância da metodologia utilizada no Plano de Gestão. As experiências de Edimburgo, Porto, La Laguna e Cuenca incluíam processos participativos da sociedade civil (associações, ONG, comunidade local e sector privado), que ajudaram a melhorar a metodologia do Plano. Em especial, a experiência apresentada por Edimburgo – com destaque para a participação da sociedade civil e do sector privado – foi de grande interesse para Veneza, demonstrando o impacto que o investimento privado pode ter na sustentabilidade do processo de gestão. A experiência de Cuenca, que utilizou a mesma abordagem, foi de grande utilidade pela utilização da metodologia de «ampla participação», que pôde ser incorporada sem dificuldades na estratégia de desenvolvimento do Plano. O «balcão único» de La Laguna serviu de inspiração para aplicar o mesmo procedimento no seu processo de gestão. A instalação por parte de Edimburgo e do Porto de gabinetes técnicos locais revelou ser uma boa prática para o gabinete local da UNESCO em Veneza.

15. Os dois métodos foram desenvolvidos pelo Parque Tecnológico da Dinamarca nos anos 90 e foram adoptados pela UE como uma prática virtuosa para o exercício da Democracia Deliberativa.

5. Lições aprendidas



A experiência da aplicação das duas primeiras edições da URBELAC permite identificar pontos críticos de relevância para melhorar as acções e os impactos após a consecução dos seus objectivos principais. As lições aprendidas pelas cidades da ALC contribuem para possibilitar a aplicação de soluções de forma mais rápida que nas cidades europeias, uma vez que as primeiras podem identificar os passos chave para não ter que repetir o processo, com o consequente aumento da eficácia.

Estas lições resumem-se nos pontos críticos seguintes:

- **Intercâmbio integral de experiências.** A iniciativa representa um mecanismo eficaz para gerar cooperação e transferência de conhecimentos em várias direcções, não só da Europa à América Latina e Caraíbas, como também da ALC à CE e transversalmente entre cidades de cada região. O intercâmbio integral (norte-sul, sul-norte, norte-norte e sul-sul) verificado na segunda edição da URBELAC permite a todas as cidades participantes beneficiar das experiências recíprocas.
- **Financiamento.** Uma vez que o objectivo principal da rede é o intercâmbio documentado de experiências, a participação de outras instituições europeias – como agências e programas específicos e internacionais – é determinante tanto para aprofundar os tópicos de interesse para as cidades como para identificar fontes de financiamento que as cidades possam utilizar para aplicar as actividades identificadas.
- **Integração e sinergias com outros programas.** Os programas URB-AL e URBACT permitiram aos participantes na URBELAC trocar contactos e experiências com outras cidades-membros de outros programas supervisionados pela CE. Em particular, a organização das reuniões durante a Cimeira Mundial de Cidades Sustentáveis (Cidade do México, 2011), fórum anual do URB-AL (Bogotá, 2012) e URBACT (Copenhaga, 2012) permitiu às cidades da Rede aprofundar os diferentes tópicos e criar novas alianças.
- **Duração do programa e das reuniões.** A duração anual do programa e a incerteza sobre aplicação das acções definidas aparecem como limitações importantes para que as cidades participantes planeiem as colaborações a longo prazo. Os encontros tiveram uma duração média de 2 dias. Todas as cidades manifestaram a necessidade de se reunirem durante mais tempo (4 ou 5 dias) para analisar melhor as temáticas consideradas prioritárias. As recomendações específicas apontam para: (i) não deixar passar demasiado tempo entre uma reunião e outra, para que as cidades possam avançar rapidamente, (ii) agregar uma fase de monitorização a cada cidade para a aplicação das suas acções, incluindo após o término da fase de intercâmbio. Isto inclui o apoio do BID e a possibilidade de continuar a trabalhar com as cidades parceiras com boas práticas em tópicos específicos.
- **Experiência institucional em eixos temáticos.** A vasta experiência do BID e da CE nos três eixos temáticos da segunda edição da URBELAC é de grande interesse para os participantes, sobretudo para a formação dos grupos de trabalho, os processos e as acções durante as fases do programa e a possibilidade de assistência técnica internacional. A URBELAC é uma ferramenta de grande alcance na disseminação do conhecimento sobre as políticas e as estratégias de desenvolvimento urbano sustentável adoptadas por ambas as organizações, a par do fomento da cooperação mútua entre as cidades.
- **Intercâmbio de boas práticas.** O intercâmbio cara a cara das experiências europeias foi determinante para mostrar como incorporar nos planos de governo das cidades as acções relacionadas com os tópicos identificados e como aplicá-las – a baixo custo – de forma rápida e concreta. A participação nas reuniões dos presidentes de câmara da ALC facilita a definição de programas ou actividades a partir desta temática chave de desenvolvimento sustentável.
- **Fóruns de diálogo entre governo nacional, regional e local.** A incorporação deste mecanismo é relevante, em especial no debate sobre tópicos específicos, como programas de habitação, projectos urbanos e regiões metropolitanas.
- **Rotação de funcionários.** A rotação inevitável de funcionários nas cidades de ambas as regiões durante a realização da URBELAC coloca dificuldades ao intercâmbio de informações e de boas práticas, ainda que os representantes mantenham um alto nível de profissionalismo e de compromisso com o desenvolvimento das suas cidades. Este é um ponto ao qual será dada especial atenção na elaboração dos procedimentos metodológicos durante a formulação das próximas edições.

6. Recomendação para a terceira edição da URBELAC



A sólida experiência das duas edições da URBELAC contribui para consolidar intercâmbios de boas práticas nos tópicos e nas problemáticas chave do desenvolvimento urbano, como as contempladas nos três eixos temáticos da segunda edição da URBELAC.

A rede deve incorporar outros tópicos de alcance supra-municipal. Na preparação para as próximas edições, é necessário assumir como finalidade a partilha dos benefícios da experiência da CE sobre como é que as políticas regionais e de coesão social apoiam concretamente os países envolvidos no sentido de melhorar as capacidades de desenvolvimento regional e atenuar os problemas de governação regional e local.

O BID considera a URBELAC como um instrumento de acompanhamento das cidades da América Latina e Caraíbas interessadas em reforçar a sustentabilidade do seu desenvolvimento urbano. Tanto a Divisão de Gestão Fiscal e Municipal (DGFM) do BID como a CE, estão interessadas em transformar esta iniciativa piloto num programa de maior duração para o período de 2014-2020. Entretanto, a terceira edição da URBELAC deverá ter em conta as respostas e a experiência internacional referentes aos desafios da globalização, a recuperação da crise económica e as alterações demográficas, como o envelhecimento da população ou a composição do agregado familiar, desafios com forte dimensão territorial e que requerem uma intervenção simultânea a nível regional e local.

A partir das suas experiências, as cidades participantes elaboraram sugestões a curto, médio e longo prazo, entre as quais se incluem:

- Conceber e implementar uma actividade a longo prazo aumentando o peso das cidades cooperantes, com mais pedidos de propostas, com grupos de trabalho e reuniões de maior duração – entre três ou quatro dias – em tópicos mais centrados e estruturados, definidos com as cidades.
- Integrar uma actividade relacionada com a assinatura de memorandos de entendimento ou outros acordos de colaboração a longo prazo entre as cidades participantes.
- Agregar um mecanismo de assistência técnica a aplicar pelas cidades europeias, com a finalidade de ajudar as suas homólogas da ALC nas boas práticas seleccionadas para atenuar as incertezas de colaboração a longo prazo.
- Promover uma abordagem de planeamento participativo que tenha como referência a metodologia do URBACT, de modo a permitir a incorporação de comunidades locais durante todo o processo de definição, elaboração e aplicação dos projectos.

- As cidades participantes referiram que, no âmbito da URBELAC, é mais proveitoso tratar o tema fiscal de forma transversal tendo em conta a sustentabilidade fiscal das acções. No entanto, no início, deve-se destacar a importância de assegurar uma sustentabilidade financeira para o desenvolvimento urbano e ponderar visões convergentes.
- Incluir possibilidades de diálogo com os governos centrais sobre tópicos específicos que, em geral, necessitam de ser complementados com intervenções ao nível, por exemplo, fiscal, habitacional ou ambiental.
- Incorporar uma dimensão de cidades grandes e/ou regiões metropolitanas que possam ter em maior conta cidades como Cochabamba, Porto e Edimburgo, que participaram na segunda edição da URBELAC e que são importantes nos respectivos contextos.
- Manter a estrutura de intercâmbio recíproco entre as regiões com um número igual de cidades para cada uma delas.
- A primeira edição da URBELAC assentou nos três pilares principais da ICES. A pedido das cidades e na sequência de uma dinâmica de baixo para cima – com altos níveis de participação – este formato foi ajustado na segunda edição da URBELAC a três eixos temáticos, identificados como estratégicos pelas próprias cidades. Aconselha-se a manter tanto estes eixos temáticos como a dinâmica, o que facilita a incorporação de novos tópicos.
- Organizar – desde o início – o trabalho por áreas temáticas para evitar a dispersão de tópicos e facilitar o intercâmbio.
- Anualmente, acordar com as cidades os eixos temáticos ou estratégicos e respectivos tópicos, incorporando os eixos temáticos definidos na segunda edição da URBELAC.
- É fundamental não perder de vista a abordagem integral das acções urbanas: a relação entre cidades e entre cidade e território; o impacto das novas tecnologias sobre o desenvolvimento urbano; as novas exigências por parte dos cidadãos; a necessidade de inverter modelos de cidade polarizada e excludente, e propor modelos mais solidários e eficientes de forma equitativa; a concorrência entre as cidades e a necessidade de gerar mecanismos de cooperação para encontrar soluções complementares para os seus problemas.

ANEXO 1.

Síntese das cidades participantes

Desde 2010, organizaram-se duas edições da URBELAC com uma média de 14 meses de duração cada uma. O total de participantes nas duas edições soma 24 cidades. A primeira edição incluiu 12 cidades ⁽¹⁶⁾ (oito da América Latina e quatro da Europa); enquanto na

segunda participaram 10 cidades (cinco de América Latina e cinco da Europa).

Características principais das cidades participantes na segunda edição da URBELAC:

COCHABAMBA

País	Bolívia
Área (km ²)	309,00 km ² (cidade) 3 984,00 km ² (área metropolitana)
População	608 286 (cidade, 2008) 1 178 500 (área metropolitana, 2009)
Economía	Agricultura, indústria (veículos, cosméticos, produtos químicos), serviços e construção
PIB per cápita	2 760 USD

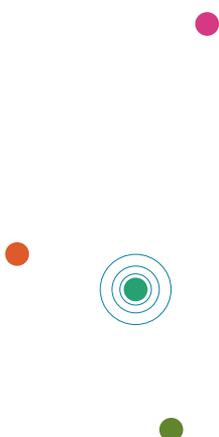
CUENCA

País	Equador
Área (km ²)	67,71 km ² (cidade) 3 754 43 km ² (área metropolitana)
População	330 000 (cidade, 2010) 505 585 (área metropolitana, 2010)
Economía	Agricultura, turismo e artesanato, indústria (madeira), comércio e serviços
PIB per cápita	5 311 USD (valor nacional/local)

EDIMBURGO

País	Escócia
Área (km ²)	259,00 km ² (cidade)
População	477 600 (cidade, 2011)
Economía	Finanças, turismo, serviços e administração pública, educação (universidade), economia ecológica
PIB per cápita	£ 20 400

16. Primeira edição da URBELAC: oito cidades da América Latina: Bucaramanga, Colômbia; Concepción, Chile; Goiânia e Manaus, Brasil; Puerto España, Trindade e Tobago; Rosário, Argentina; Santa Ana, El Salvador; Trujillo, Peru e quatro cidades europeias: Bilbao, Espanha; Florença, Itália; Madrid, Espanha e Malmö, Suécia.



© LA LAGUNA

País	Espanha
Área (km ²)	14,57 km ² (cidade) 102,06 km ² (área metropolitana)
População	27 000 (cidade, 2010) 153 187 (área metropolitana, 2011)
Economía	Agricultura, serviços, educação (universidade) e turismo
PIB per cápita	19 782,00 EUR (2008)

© MÁLAGA

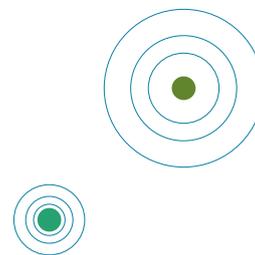
País	Espanha
Área (km ²)	397 km ² (cidade) 1 016 km ² (área metropolitana)
População	577 095 (cidade, 2010) 824 888 (área metropolitana, 2010)
Economía	Serviços e turismo, indústria de alta tecnologia, construção
PIB per cápita	12 349,00 EUR

© MANIZALES

País	Colômbia
Área (km ²)	407,86 km ² (cidade) 441,54 km ² (área metropolitana)
População	362 881 (cidade, 2011) 390 984 (área metropolitana, 2011)
Economía	Agricultura (café), indústria (veículos, indústria alimentar) e educação (universidade)
PIB per cápita	4 927,80 USD (2011)

© MAR DEL PLATA

País	Argentina
Área (km ²)	79,48 km ² (cidade) 174,41 km ² (área metropolitana)
População	699 460 (cidade, 2010) 719 260 (área metropolitana, 2010)
Economía	Turismo, desporto, porto (indústria do pescado, transporte marítimo), indústria (tecido, alimentação, polímeros)
PIB per cápita	7 690,00 USD



◎ PEREIRA

País	Colômbia
Área (km ²)	604,00 km ² (cidade) 702,00 km ² (área metropolitana)
População	462 230 (cidade) 687 069 (área metropolitana)
Economia	Serviços e comércio, indústria, agricultura (café)
PIB per cápita	7 690,00 USD

◎ PORTO

País	Portugal
Área (km ²)	41,66 km ² (cidade)
População	237 559 (cidade) 1 816 045 (área metropolitana)
Economia	Agricultura (vinho, frutos secos, nozes, etc.), indústria (têxteis, calçado, móveis, cerâmica, metalurgia), turismo e serviços
PIB per cápita	15 702,20 EUR (valor nacional/local)

◎ VENEZA

País	Itália
Área (km ²)	414,57 km ² (cidade 156,84 km ² – lagoa 257,73 km ²)
População	270 632 (2010)
Economia	Indústria (energia, química, mecânica, metalurgia, siderurgia, refinaria, indústria naval), artesanato (vidro artístico, sapatos), turismo, comércio, serviços de alta tecnologia
PIB per cápita	23 293,00 EUR (2009)

